



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-Eixo: Ênfase em Gestão.

RECONHECENDO AS EXPRESSÕES DE DESPROTEÇÃO SOCIAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE DIÁLOGOS COM A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Paula Cristina Alves¹

Denise Aparecida Francisco²

Resumo: O presente trabalho busca relatar uma experiência de construção de diálogos possíveis para o reconhecimento das expressões de desproteção social e necessidades de proteção, a partir da demarcação da função de vigilância socioassistencial e sua interlocução permanente e contínua com a proteção social básica e especial e demais sujeitos da política de assistência social.

Palavras-chaves: Vigilância socioassistencial; Diálogos; Desproteção social; Proteção social de assistência social.

Abstract: The present work seeks to report a work experience of dialogues for the recognition of expressions of social deprotection and social protection, from the demarcation of the function of socio-historical identification and its permanent and continuous dialogue with basic and special social protection and other subjects of social assistance policy.

Keywords: Socio-assistance surveillance; Dialogues; Lack of protection; Social protection of social care.

1 INTRODUÇÃO

No município de Vinhedo/SP, o órgão gestor da política pública de assistência social, no que tange à sua responsabilidade estatal, tem como pauta assegurar a efetivação da função de vigilância socioassistencial, para o alcance da proteção socioassistencial de direito aos cidadãos.

Para além dos desafios sobre a implementação de uma infraestrutura e equipamentos necessários à efetivação dessa função no âmbito do SUAS, garantir a produção de informações sobre as expressões de desproteção social existentes, através de processos de trabalho e profissionais com um repertório interventivo crítico em defesa dos direitos dos sujeitos, é, sobretudo, um desafio posto para a gestão municipal da política.

Nesta perspectiva, a instituição de um setor³, como espaço estratégico de discussão, planejamento e efetivação da função vigilância socioassistencial, foi considerada importante

¹ Profissional de Serviço Social, Secretaria de Assistência Social/ Prefeitura Municipal de Vinhedo (SP). E-mail: paulakris29@gmail.com.

² Profissional de Serviço Social, Secretaria de Assistência Social/ Prefeitura Municipal de Vinhedo (SP). E-mail: paulakris29@gmail.com.

para fomentar a produção de informações sobre as situações de vulnerabilidade e risco social presentes nos territórios de vivência dos sujeitos, principalmente quando há uma complementariedade de conteúdos entre os profissionais que compõem a gestão e os serviços socioassistenciais do SUAS.

Importante destacar que, atualmente, este setor de vigilância socioassistencial é composto por duas Assistentes Sociais e que, mesmo considerando a imprescindível necessidade de uma equipe multiprofissional⁴, esta composição impõe um conteúdo privilegiado e importante para a execução dos processos operativos propostos por este espaço. Isso porque, a atuação dos (as) Assistentes Sociais, pautada em seu projeto ético-político profissional, busca defender e reafirmar direitos, por meio da leitura crítica sobre a realidade vivida pelos sujeitos, conectando-a com os objetivos da vigilância socioassistencial e facilitando a discussão à luz da PNAS.

Considerando esse contexto, relataremos uma experiência profissional sobre o caminho percorrido para materializar a função de vigilância socioassistencial, no processo de reconhecimento das expressões de desproteções sociais e efetivação do SUAS, construído a partir de diálogos estabelecidos através de reflexões do cotidiano de trabalho do setor de vigilância, da gestão e serviços PAIF e PAEFI.

2 MATERIALIZANDO DIÁLOGOS COM A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Em 2018, mesmo após ser reconhecido como necessário, o setor de vigilância socioassistencial passava por uma eminente defesa de sua legitimidade enquanto espaço de discussão formalmente reconhecido, na Secretaria de Assistência Social, em Vinhedo, para a garantia da função preconizada na política de assistência social⁵. Neste período, paralelamente a este movimento, o órgão gestor desta política, também assinalava a necessidade de equacionar e qualificar a atenção às 390 famílias indicadas para inclusão no “benefício eventual-cesta básica”.⁶ A concepção e dinâmica de acesso ao benefício limitava

³ O setor está alocado na Secretaria de Assistência Social do município de Vinhedo/SP. Atualmente, ocorre a revisão da Lei Municipal nº112/2011, que o institui no organograma do órgão gestor da política de assistencial social.

⁴ O Guia de Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial, página 40, sugere a composição da equipe e discorre sobre as habilidades técnicas que possam dialogar com as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social.

⁵ A Norma Operacional Básica de 2012 dispõe sobre a obrigatoriedade de instituir a área da vigilância socioassistencial vinculada aos órgãos gestores da política de assistência social, dispondo de recursos de incentivo à gestão para sua estruturação, desenvolvimento de atividades, manutenção e delimita as responsabilidades dos entes (artigo 87 e seguintes).

⁶ No município de Vinhedo/SP, os benefícios eventuais da Assistência Social são regulamentados através da Lei nº 3.663 de 31/03/2015.

os trabalhadores a aprofundar as percepções do trabalho social pela ótica de território e acesso às formas de proteção social de dever do Estado.

Esta realidade propiciou à equipe técnica do setor de vigilância socioassistencial a se apropriar de reflexões e ações que possibilitassem a identificação das múltiplas situações de desproteção social sofridas por segmentos da população, promovendo a ampliação da discussão sobre a condição de oferta do benefício eventual do SUAS no município, até então com ênfase na modalidade cesta básica, e sua capacidade de proteção enquanto política pública estatal, contribuindo para a demarcação da função de vigilância socioassistencial no âmbito do SUAS.

Nessa perspectiva, foi construída uma estratégia que pudesse revelar as expressões de desigualdade social enquanto resultado de processos estruturais, considerando a transposição do individual para o coletivo, pelo viés da função de vigilância socioassistencial, que em sua gênese, prevê:

“[...] romper com a lógica das ocorrências individuais de desproteção social para a lógica coletiva, com atuações hierarquizadas entre proteção básica e especial. Essa função procura superar o velho e conservador paradigma da ajuda, do favor, do clientelismo, do nepotismo, buscando relações personalizadas para alcance dos direitos sociais.” (PIRES, 2016, p. 14).

Assim, havia uma intencionalidade de garantir um nivelamento e o delineamento dos conceitos que perpassam o processo histórico de exclusão social, na perspectiva de proteção social de assistência social, através de suas ofertas, situadas nos processos de intervenção daqueles que planejam, organizam e executam a política de assistência social.

2 UMA METODOLOGIA ESTRATÉGICA PARA RECONHECER DESPROTEÇÕES SOCIAIS

A partir desse movimento, optamos por uma metodologia que permitisse a ampla e efetiva participação dos trabalhadores e gestores do SUAS, superando a lógica verticalizada de tomada de decisões. Buscamos valorizar a vivência dos profissionais, pois entendemos que é no cotidiano dos serviços e da gestão que a política de assistência social se materializa.

Na primeira etapa, iniciamos um diálogo com as gerências das proteções básica e especial, pontuando a necessidade de alinharmos os conceitos de temporalidade dos benefícios eventuais, à luz da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e suas alterações⁷, enquanto provisões suplementares e provisórias, que integram organicamente as garantias

⁷ Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

do SUAS. Reafirmamos que [...] as situações de vivência contínua de vulnerabilidade social devem ser enfrentadas pela proteção social, a partir de um campo amplo e estruturado, composto por bens e serviços materializados por meio de programas, projetos, benefícios e equipamentos das várias políticas públicas [...] (BOVOLENTA, 2017, p. 253), e que se torna imprescindível diferenciar as situações vivenciadas na dimensão relacional⁸, considerando aspectos de agravo, risco ou dano por uma condição temporária.

Ainda na primeira etapa, pactuamos os conceitos com os coordenadores dos três Centros de Referência da Assistência Social e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social, além de seus respectivos técnicos de nível superior, alargando o entendimento sobre a necessidade de iniciarmos a discussão da garantia do direito à alimentação, via Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSAN).

Posterior à explicitação dos conceitos, partimos para a segunda etapa, com a utilização de oficinas descentralizadas como instrumento técnico-operativo, estabelecendo um espaço qualificado de escuta da percepção da realidade dos profissionais de nível superior – Assistente Sociais e Psicólogos, sobre as demandas que se expressam nos territórios de vulnerabilidade social de atenção do PAIF e PAEFI.

Neste momento, para organizar a produção de conhecimento, estruturamos oficinas territorializadas (ANEXO I) e utilizamos como proposta metodológica, três perguntas: “*quem são as famílias?*”, “*como elas vivem?*” e “*como elas exercem proteção social?*”⁹. A vigilância socioassistencial sistematizou conteúdos macros sobre a realidade nacional, regional e municipal acerca das condições dos sujeitos, nos aspectos etários, de gênero, de trabalho e renda, migração, escolaridade e composição familiar, e os profissionais do PAIF e PAEFI sintetizaram reflexões sobre a realidade vivenciada no território, explicitadas nas intervenções destes serviços.

3 RESULTADOS

No diálogo estabelecido com a vigilância socioassistencial, identificamos as expressões de desproteção social, por território, relativas a situações próprias do ciclo de vida (infância, adolescência, juventude, adulto e idoso); situações da ausência de acesso à

⁸ Segundo BOvolenta apud Torres (2016, p. 104), a autora Aldaíza Sposati insiste na necessidade de que a concepção de vulnerabilidade, como objeto de atenção da assistência social, seja alargada para além da dimensão material, se reportando a questões afetas à sociabilidade e a dimensão relacional como igualmente importantes para configurar demandas que exigem respostas da assistência social.

⁹ Esta metodologia compõe as bases operacionais para o desenvolvimento do trabalho social com famílias na política de assistência social, segundo o documento “Fundamentos ético-políticos e rumos teórico metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social, 2016”.

proteção social no território e situações da ausência de acesso à proteção social no âmbito municipal.

Com o conteúdo produzido, foi possível traçar um percurso de reflexões e definições sobre as atenções da política de assistência social e as seguranças a serem afiançadas, materializadas nos resultados que seguem:

- Demarcação da função da vigilância socioassistencial, a partir da produção de informações que ampliaram a percepção de como se expressam as demandas para a política de assistência social e quais ofertas do SUAS, e demais políticas públicas;
- Qualificação dos processos de trabalho do PAIF e PAEFI, reconhecendo o caráter temporal das situações que demandam proteção social de assistência social, para a oferta do benefício eventual.
- Construção, a partir de diálogos sobre qualidade e tipo de atenções socioassistenciais, planos de trabalho das unidades de referência CRAS e CREAS, para o ano de 2019, explicitando as adequações das ofertas;
- No campo da gestão da informação, identificamos uma atenção sobre a qualificação de registros pelos profissionais no prontuário da família, no que diz respeito à intencionalidade de considerar um conjunto de características necessárias para romper com uma visão individualizada da realidade.
- Reflexão pelos profissionais sobre a necessidade de um repertório interventivo crítico, a partir de processos que ampliem o conhecimento das situações vivenciadas nos territórios de atuação.
- Identificação da necessidade de construção de metodologias de trabalho que qualifiquem a visão do território, mapeando situações de vulnerabilidade e risco social próprias do local e da cidade, a fim de efetivar o alcance do trabalho social, como por exemplo, a utilização de topografia social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos a partir das reflexões apontadas, a necessidade da efetivação da função da vigilância socioassistencial e do papel que esta possui na organização, gestão e operacionalização da política pública de assistência social e para além, o sentido de qualificar e aprimorar os processos de trabalho por aqueles que integram o SUAS, materializando discursos que superem visões individualizantes e românticas sobre a política, em superar as desigualdades por ações pontuais.

“Cada qual no seu quadrado”, é um jargão que nunca foi tão dispensável como agora. O processo de materialização da função de vigilância socioassistencial, se restrito a

panoramas institucionais, controle de dados e mera produção da informação, não alcança e estabelece proteção social de assistência social. Os diálogos sobre as expressões da desproteção social precisam acontecer de forma contínua e permanente com os diversos sujeitos desta política, principalmente quando falamos em definir demanda e oferta.

Por sua vez, o processo de implementação dessa função, bem como a interlocução necessária entre as demais funções da política de assistência social, impõe inúmeros desafios e pactuações legítimas de seu espaço institucional, sua demarcação articuladora em processos e produtos, bem como o estabelecimento da dimensão técnica e política. Nessa perspectiva, urge a necessidade de garantir metodologias de trabalho que fortaleçam espaços de atuação crítica e propositiva, considerando os princípios éticos políticos dos profissionais que operam a política de assistência social.

O horizonte está posto, num emaranhado de desafios, mas seguiremos na defesa intransigente de um projeto político de sociedade que possa reconhecer e legitimar direitos, para exercer de fato proteção social de assistência social.

REFERÊNCIA

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Manual de Fundamentos ético-políticos e rumos teóricos metodológicos para fortalecer o trabalho social com famílias na PNAS*. Brasília, DF, 2016.

_____. Departamento de Benefícios Assistenciais. *Quarto Produto - Subsídios para orientações técnicas sobre a caracterização de provisões dos benefícios eventuais em situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública, bem como quanto a sua regulamentação, gestão e prestação*. Ana Lígia Gomes Consultora - PNUD BRA\12\006\Maio\2015.

_____. *Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial*. Disponível em <www.mds.gov.br>. Acesso em jun.2019.

BOVOLENTA, Gisele Aparecida. *O Benefício Eventual da LOAS como garantia de Proteção Social*. Tese (Doutorado em Serviço Social). São Paulo, SP, 2016.

CARRARO, Gisele. *Vigilância Socioassistencial: ferramenta ao controle social e base empírica à educação permanente*. Anais da VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, MA, 2017.

PIRES, Flávia Cristina de Paula Gomes. *A institucionalização da função de Vigilância Socioassistencial no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*. Tese (Doutorado em Serviço Social). São Paulo, 2016.

PRATES, JANE CRUZ. *Vigilância Socioassistencial e Gestão da Informação: pesquisa e planejamento*. Anais da VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, MA, 2017.

SPOSATI, Aldaíza. *Construção de Indicadores para a Política de Assistência Social*. Abril, 2016.

_____. *Vigilância Socioassistencial: condição para afirmação do direito socioassistencial no âmbito da proteção social distributiva*. Anais da VII Jornada de Políticas Públicas. São Luís, MA, 2017.

ANEXO I – ESTRUTURA DAS OFICINAS TERRITORIALIZADAS

1º Encontro – “Quem são as famílias?”.

Campo de análise: Envolve o conhecimento de algumas características que permitem a aproximação inicial com as famílias. Relacionam-se a aspectos como localização do domicílio, a sua composição, a idade dos membros da família, a escolaridade e os motivos pelos quais recorrem aos serviços.

- Contribuições da Vigilância Socioassistencial:

Análise com os profissionais, os espelhos do território:

- Extração do perfil das famílias que solicitaram benefícios eventuais, com base no apontamento dos técnicos no sistema Prisma, considerando amostras dos dois últimos anos.

- Contribuições do PAIF e PAEFI:

- Reunir os motivos pelos quais as famílias recorrem aos serviços, em específico, as que solicitaram benefícios. *Pergunta: Quais foram as desproteções identificadas?* Esquematizar para discussão.

Discussão:

- Indicadores de Usuários em Potencial demandantes de proteção;

Provocações:

- Que situações possuem características de vulnerabilidade social enquanto condição, ou seja, já estão instaladas, e quais possuem cunho temporário ou eventual?

2º Encontro – “Como elas vivem?”.

Campo de análise: relaciona-se ao conhecimento de como se organiza a vida familiar e como se estabelece a convivência familiar e comunitária.

Reflexão com os serviços sobre a Convivência Familiar

- Contribuições da Vigilância Socioassistencial:

Análise com os profissionais os espelhos do território:

- Extração do Perfil de Trabalho e Remuneração das famílias que gozaram dos benefícios eventuais, considerando amostras dos dois últimos anos.
- Extração do Perfil de Acesso aos serviços socioassistenciais.
- Sistematização quantitativa de eventos com as famílias, ocorridos na cidade que envolve morte, nascimento, prisões, migrações, perda de brusca de renda.

- Contribuições do PAIF e PAEFI:

Discussão Prévia em equipe sobre:

DIANTE DOS ACONTECIMENTOS FAMILIARES – morte, nascimento, prisões, migrações, perda de brusca de renda, como se dão as relações?

Reflexão com os serviços sobre a Convivência Comunitária

- Contribuições do PAIF e PAEFI:

Discussão Prévia em equipe sobre:

- Como as famílias realizam o acesso aos serviços de infraestrutura, aos serviços sociais e aos bens culturais do território e da cidade;

- Como se dá as relações com sua rede social primária (parentes, amigos, vizinhos, compadres e comadres)?

- Existem relações sociais de solidariedade? Como se dão?

Atividade: “Desvendando as situações”

Indicação em Quadro de Desproteção socioassistencial, retomando o compilado anterior da etapa I;

Comparativo com o quadro 3 - Texto Sposati, 2016.

3º Encontro – “Como elas exercem a proteção social?”.

Campo de análise: Reformulando a pergunta, então, como as famílias conseguem organizar e articular os recursos necessários para a proteção social de seus membros, já que cabe a família articular a proteção dos seus, através de negociações que estabelece entre seus membros e com outras esferas da sociedade, tais como Trabalho, Estado e Mercado.

Atividade: “Definindo seguranças e indicando proteção”

Base Teórica: Quadro 6 – Texto Sposati 2016

Junção das desproteções elencadas na etapa anterior e análise para indicação de serviços socioassistenciais e/ou ofertas específicas em PAIF e PAEFI.